



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 262, DE 2003

Altera a redação do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 487 Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

.....

§ 7º O aviso prévio por parte do empregador é proporcional ao tempo de serviço na seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias para o contrato de trabalho com duração inferior a cinco anos;

II – 60 (sessenta) dias para o contrato com duração igual ou superior a cinco anos e inferior a dez anos;

III – 90 (noventa) dias para o contrato com duração igual ou superior a dez anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 8º O empregador somente pode exigir o trabalho durante os trinta primeiros dias do aviso prévio nas hipóteses dos incisos II e III do § 7º, sendo o período restante indenizado, garantida a integração do tempo de serviço para todos os efeitos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado CARLOS SAMPAIO
Relator